

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

第 180/2024 號行政長官批示

Despacho do Chefe do Executivo n.º 180/2024

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據第17/2024號法律《修改第10/2000號法律〈澳門特別行政區廉政公署組織法〉》第九條的規定，作出本批示。

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 17/2024 (Alteração à Lei n.º 10/2000 – Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau), o Chefe do Executivo manda:

在經第4/2012號法律重新公佈的文本上，引入第17/2024號法律的修改後，重新公佈第10/2000號法律《澳門特別行政區廉政公署》全文。

É republicada integralmente a Lei n.º 10/2000 (Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau), republicada pela Lei n.º 4/2012, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 17/2024.

二零二四年十一月十四日

14 de Novembro de 2024.

行政長官 賀一誠

O Chefe do Executivo, *Ho Iat Seng*.

澳門特別行政區
第 10/2000 號法律REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

澳門特別行政區廉政公署

Lei n.º 10/2000

Comissariado contra a Corrupção da Região
Administrativa Especial de Macau

立法會根據《澳門特別行政區基本法》第七十一條（一）項，制定本法律。

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos da alínea 1) do artigo 71.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, para valer como lei, o seguinte:

第一章

廉政公署的性質、地位、任務、職責及權限

CAPÍTULO I

Natureza, estatuto, missão, atribuições e competências do
Comissariado contra a Corrupção

第一條

性質

Artigo 1.º

Natureza

廉政公署（葡文縮寫為CCAC）乃一受本法律規範的公共機關。

O Comissariado contra a Corrupção, abreviadamente designado por CCAC, é um órgão público que se rege pela presente lei.

第二條

地位

Artigo 2.º

Estatuto

廉政公署獨立工作，廉政專員對行政長官負責。

O Comissariado contra a Corrupção funciona como órgão independente e o Comissário contra a Corrupção responde perante o Chefe do Executivo.

第二-A條

任務及工作範圍

Artigo 2.º-A

Missão e âmbito de actuação

一、廉政公署的任務是依本身職責，針對在公共部門及私營部門活動範圍內的貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪，尤其

1. O Comissariado contra a Corrupção tem por missão promover acções de prevenção e investigação da prática de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude, nomeadamente

以有組織方式作出的、或具國際或跨區域規模的經濟財務犯罪，進行預防及調查的行動，調查及偵查對外貿易中的行賄行為，以及執行行政申訴工作，以促使人的權利、自由、保障及正當利益得到保護。

二、行政申訴的工作範圍尤其涵蓋公共行政部門、公法人、公共企業或公司資本中過半數屬公共資本的企業、公共服務承批人及公產的特許經營人的活動；如屬維護權利、自由及保障的情況，亦可涵蓋存在特殊支配關係的私人之間的關係。

第三條 職責

一、廉政公署的職責為：

(一) 開展預防及遏止在公共部門及私營部門發生貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪的行動；

(二) 針對由公務員實施的貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪，依刑法及刑事訴訟法進行調查及偵查，但不影響法律賦予其他機構就該等事宜進行調查或偵查的職責；

(三) 針對在私營部門發生的貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪，依刑法及刑事訴訟法進行調查及偵查，但不影響法律賦予其他機構就該等事宜進行調查或偵查的職責；

(四) 針對對外貿易中的行賄行為，依刑法及刑事訴訟法進行調查及偵查，但不影響法律賦予其他機構就該等事宜進行調查或偵查的職責；

(五) 針對在因應澳門特別行政區機關選舉而進行的選民登記及有關選舉中實施的貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪，依刑法及刑事訴訟法進行調查及偵查，但不影響法律賦予其他機構就該等事宜進行調查或偵查的職責；

(六) 執行行政申訴工作，以促使人的權利、自由、保障及正當利益得到保護，並透過下條所指途徑及其他非正式途徑，確保行使公權力的合法性及公共行政的公正與效率。

二、為着本條的效力，公務員為《刑法典》第三百三十六條所載明者。

三、信用機構的活動亦包括在第一款(一)項至(三)項所指的職責內。

dos crimes económico-financeiros, cometidos de forma organizada, ou de dimensão internacional ou transregional, no âmbito das actividades do sector público e do sector privado, praticar actos de investigação e de inquérito referentes a actos de corrupção activa no comércio externo, bem como exercer acções de provedoria de justiça, promovendo a defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos das pessoas, em conformidade com as suas atribuições.

2. As acções de provedoria de justiça exercem-se, nomeadamente, no âmbito da actividade dos serviços da Administração Pública, das pessoas colectivas de direito público, das empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos, concessionárias de serviços públicos ou de exploração de bens do domínio público, podendo ainda incidir em relações entre particulares que impliquem uma especial relação de domínio, no âmbito da protecção de direitos, liberdades e garantias.

Artigo 3.º

Atribuições

1. Constituem atribuições do Comissariado contra a Corrupção:

1) Desenvolver acções de prevenção e de repressão da prática de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude no sector público e no sector privado;

2) Praticar actos de investigação e de inquérito referentes a crimes de corrupção e a crimes conexos de fraude, praticados pelos funcionários, no respeito pela legislação penal e processual penal, sem prejuízo das atribuições conferidas por lei nesta matéria a outros organismos;

3) Praticar actos de investigação e de inquérito referentes a crimes de corrupção e a crimes conexos de fraude, verificados no sector privado, no respeito pela legislação penal e processual penal, sem prejuízo das atribuições conferidas por lei nesta matéria a outros organismos;

4) Praticar actos de investigação e de inquérito referentes a actos de corrupção activa no comércio externo, no respeito pela legislação penal e processual penal, sem prejuízo das atribuições conferidas por lei nesta matéria a outros organismos;

5) Praticar actos de investigação e de inquérito referentes a crimes de corrupção e a crimes conexos de fraude, praticados no âmbito do recenseamento eleitoral e das eleições para órgãos da Região Administrativa Especial de Macau, no respeito pela legislação penal e processual penal, sem prejuízo das atribuições conferidas por lei nesta matéria a outros organismos;

6) Exercer acções de provedoria de justiça, promovendo a defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos das pessoas, assegurando, através dos meios referidos no artigo seguinte e outros meios informais, a legalidade no exercício dos poderes públicos, bem como a justiça e a eficiência da administração pública.

2. Para os efeitos deste artigo, são funcionários os definidos no artigo 336.º do Código Penal.

3. Fica também abrangida nas atribuições referidas nas alíneas 1) a 3) do n.º 1 a actividade das instituições de crédito.

第四條
權限

Artigo 4.º
Competências

廉政公署的權限為：

(一) 查明具有充分依據使人懷疑在公共部門及私營部門發生貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪的事實的跡象或消息，以及查明具有充分依據使人懷疑發生對外貿易中的行賄行為、針對公有財產的犯罪、濫用公共職能、損害公共利益的行為或上條第一款(五)項所指犯罪的事實的跡象或消息；

(二) 進行履行其職責所需的一切調查及偵查行為；

(三) 不論有否通知，進入任何公共實體範圍查察，查閱文件，聽取有關公務員所述或要求提供認為適當的資料；

(四) 進行及要求進行專案調查、全面調查、調查措施或其他旨在查明公共實體與私人關係的範圍內的行政行為及程序合法性的措施；

(五) 監督涉及財產利益的行為的合規性及行政正確性；

(六) 將其查清的違法行為跡象，向有權限採取紀律行動的實體檢舉；

(七) 因應情況所需，跟進在有權限實體進行的刑事或紀律程序；

(八) 應公共實體要求，臨時派出人員到公共實體，對行政程序進行現場跟進；

(九) 將主要調查結果知會行政長官，以及將由主要官員及《刑法典》第三百三十六條第二款a項所指的其他人員作出屬公署職責所針對範疇內的行為通知行政長官；

(十) 就所發現的法規缺點，特別是使人的權利、自由、保障或正當利益受到影響的缺點，作出解釋、修改或廢止有關法規的勸喻或建議，又或作出制定新法規的勸喻或建議，但涉及屬立法會權限的事宜時，僅將公署的立場製成報告書呈交行政長官；

(十一) 建議行政長官作出規範性行為，以改善公共部門的運作及對依法行政的遵守，尤其消除各種有利於貪污及實施不法或道德上應受責備的行為的因素；

(十二) 建議行政長官採取行政措施，以改善公共行政當局提供的服務；

Ao Comissariado contra a Corrupção compete:

1) Averiguar indícios ou notícias de factos que justifiquem fundadas suspeitas de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude no sector público e no sector privado, de actos de corrupção activa no comércio externo, de delitos contra o património público, de exercício abusivo de funções públicas, de actos lesivos do interesse público ou dos crimes a que se refere a alínea 5) do n.º 1 do artigo anterior;

2) Proceder a todas as investigações e demais actos de inquérito que considere necessários para o desempenho das suas atribuições;

3) Efectuar, com ou sem aviso, visitas de inspecção a todo e qualquer sector de entidades públicas, examinando documentos, ouvindo os respectivos funcionários ou pedindo as informações que repute convenientes;

4) Promover e requisitar a realização de inquéritos, sindicâncias, diligências de investigação ou outras tendentes a averiguar da legalidade de actos ou procedimentos administrativos, no âmbito das relações entre as entidades públicas e os particulares;

5) Fiscalizar a licitude e a correcção administrativa de actos que envolvam interesses patrimoniais;

6) Denunciar às entidades competentes para o exercício da acção disciplinar os indícios de infracções que apurar;

7) Acompanhar, sempre que as circunstâncias o aconselhem, o andamento de quaisquer processos nas entidades competentes para procedimento criminal ou disciplinar;

8) Enviar pessoal temporariamente para as entidades públicas, por sua solicitação, para efectuar o acompanhamento presencial de procedimentos administrativos;

9) Dar conhecimento do resultado das suas principais averiguações ao Chefe do Executivo e comunicar-lhe os actos praticados por titulares dos principais cargos e dos outros cargos referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 336.º do Código Penal que se enquadrem no âmbito das suas atribuições;

10) Relativamente às deficiências de normas jurídicas que verificar, nomeadamente às que afectem direitos, liberdades, garantias ou interesses legítimos das pessoas, formular recomendações ou sugestões para a sua interpretação, alteração ou revogação, ou para a elaboração de novas normas jurídicas, mas quando se tratem de matérias que caíam no âmbito da competência da Assembleia Legislativa, limitar-se a informar por escrito o Chefe do Executivo da sua posição;

11) Propor ao Chefe do Executivo a prática de actos normativos tendentes a melhorar o funcionamento dos serviços e o respeito pela legalidade administrativa, designadamente no sentido de eliminação de factores que facilitem a corrupção e práticas ilícitas ou eticamente reprováveis;

12) Propor ao Chefe do Executivo a adopção de medidas administrativas com vista à melhoria dos serviços prestados pela Administração Pública;

(十三) 直接向有權限機關發出勸喻，以促使其糾正違法或不公正的行政行為或行政程序，又或作出應當作出的行為；

(十四) 因應情況所需，重新審查上項所指的行政行為或程序，以改善公共行政工作；

(十五) 就履行上條第一款各項所規定的職責，透過傳播媒體公開公署的立場或發佈有關消息，但應遵守其保密義務；

(十六) 與有權限的機關及部門合作，謀求最適當的解決辦法，以維護人的正當利益及改善行政工作；

(十七) 進行宣傳教育工作，以預防在公共部門及私營部門發生的貪污犯罪及與貪污相關聯的欺詐犯罪，以及行政違法行為，並推動市民採取預防措施及避免利於犯罪行為發生的各種行為及情況；

(十八) 與本地或外地公共或私人實體合作，以推動澳門特別行政區公共部門及私營部門的廉潔運作及管理模式；

(十九) 促進與澳門特別行政區以外的反貪及行政申訴實體或組織的合作與交流，確保尤其是信息請求的接收或回覆，又或將信息請求轉介予其他實體，以及傳達來自該等實體或組織的信息；

(二十) 促進在澳門特別行政區落實反貪及行政申訴領域的區域及國際公約、條約、協議及議定書；

(二十一) 行使法律賦予的其他權力。

第五條

合作的一般義務

所有自然人、公法人及私法人在其權利及正當利益受保障的情況下，有義務與廉政公署合作。

第六條

合作的特別義務

一、廉政公署在履行第三條第一款(六)項所指職責時，有權要求公共實體提供所需合作，並可按該等實體的職權要求進行任何調查、專案調查、全面調查、鑑定、分析、檢查或必需的措施。

13) Dirigir recomendações directamente aos órgãos competentes com vista à correcção de actos ou procedimentos administrativos ilegais ou injustos, ou à prática de actos devidos;

14) Reapreciar, sempre que as circunstâncias o aconselhem, os actos ou procedimentos administrativos referidos na alínea anterior, com vista ao aperfeiçoamento da acção administrativa pública;

15) Tornar públicas, através da comunicação social, posições suas decorrentes do desempenho das atribuições previstas nas várias alíneas do n.º 1 do artigo anterior, ou as respectivas notícias, mas sempre no respeito do seu dever de sigilo;

16) Procurar, em colaboração com os órgãos e serviços competentes, as soluções mais adequadas à defesa dos interesses legítimos das pessoas e ao aperfeiçoamento da acção administrativa;

17) Realizar acções de sensibilização destinadas a prevenir a prática de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude no sector público e no sector privado, bem como de actos de ilegalidade administrativa, motivando os cidadãos a adoptar precauções e a evitar os actos e as situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas;

18) Cooperar com entidades públicas ou privadas, locais ou do exterior, com vista a promover modos de funcionamento e de gestão íntegros no sector público e no sector privado da Região Administrativa Especial de Macau;

19) Promover a cooperação e o intercâmbio com entidades ou organizações de combate à corrupção e de provedoria de justiça exteriores à Região Administrativa Especial de Macau, assegurando, nomeadamente, a recepção, resposta ou encaminhamento de pedidos de informação para outras entidades, bem como difundindo informações provenientes dessas entidades ou organizações;

20) Promover na Região Administrativa Especial de Macau a implementação de convenções, tratados, acordos e protocolos, de âmbito regional e internacional, no domínio do combate à corrupção e da provedoria de justiça;

21) Exercer os demais poderes que lhe forem conferidos por lei.

Artigo 5.º

Dever geral de cooperação

Todas as pessoas singulares e colectivas, de direito público e de direito privado, com salvaguarda dos respectivos direitos e interesses legítimos, têm o dever de colaborar com o Comissariado contra a Corrupção.

Artigo 6.º

Deveres especiais de cooperação

1. O Comissariado contra a Corrupção, no desempenho das suas atribuições referidas na alínea 6) do n.º 1 do artigo 3.º, tem direito à cooperação necessária das entidades públicas, podendo requisitar às que para o efeito sejam competentes quaisquer investigações, inquéritos, sindicâncias, peritagens, análises, exames ou diligências necessárias.

二、上款所指實體有義務向廉政公署提供其擁有的資訊、文件及其他資料，並回應廉政公署提出的要求，而廉政公署可訂定有關實體履行義務的期間。

三、為履行第三條第一款（一）項及（六）項所指的職責，公共實體有義務將其所知悉的、出現在其工作範圍的刑事及紀律方面的資訊知會廉政公署，但不影響法定程序的進行，而廉政公署可訂定有關實體履行義務的期間。

四、廉政公署與刑事警察機關應在有關職責範圍內合作。

五、廉政公署為履行其職責，有權以任何方式，包括資訊途徑，從行政當局、公共實體及自治實體的檔案內取得所需的資料，以及為着偵查的目的，亦有權以任何方式，包括資訊途徑，從經營通訊業務實體的檔案內取得通訊工具持有人的身分資料。

六、對於由廉政公署負責的調查及偵查，適用刑法及刑事訴訟法所規定的司法保密制度。

第七條

不處罰的情況

一、如貪污罪的行為人具體協助收集關鍵性證據以偵破該犯罪，尤其是以確定該犯罪的其他行為人，得就該犯罪免被處罰或控訴。

二、如有關人士事先經廉政專員以有依據的批示給予適當的許可，為着第三條第一款（二）項至（五）項所規定的目的而由其本人或透過第三者假裝接受由公務員或非公務員所提出的不合法要求，且此做法對獲取證據以揭發在本法律適用範圍內所包括的任何犯罪屬適當者，則上述做法不受處罰。

三、如假裝接受利益對獲取證據以揭發第三條第一款（二）項至（五）項所規定的任何犯罪屬適當者，亦可獲許可。

第八條

保密義務的免除

一、任何自然人、公法人或私法人的保密義務，如未經法律明確保護者，因履行與廉政公署合作的義務而中止。

2. As entidades referidas no número anterior são obrigadas a prestar informações ao Comissariado contra a Corrupção e a fornecer-lhe documentos e demais elementos ao seu dispor, bem como atender às solicitações pelo mesmo formuladas, podendo ser-lhes fixado um prazo para o seu cumprimento.

3. Para o desempenho das atribuições referidas nas alíneas 1) e 6) do n.º 1 do artigo 3.º, as entidades públicas, sem prejuízo dos procedimentos previstos na lei, são obrigadas a transmitir ao Comissariado contra a Corrupção as informações de âmbito criminal e disciplinar de que tenham conhecimento e que se verifiquem no seu âmbito de actuação, podendo ser-lhes fixado um prazo para o seu cumprimento.

4. O Comissariado contra a Corrupção e os órgãos de polícia criminal devem cooperar no âmbito das respectivas atribuições.

5. O Comissariado contra a Corrupção tem acesso por qualquer forma, incluindo a via informática, à informação contida nos ficheiros da Administração e das entidades públicas e autónomas, necessária ao desempenho das suas atribuições, e para efeitos de inquérito penal, à contida nos ficheiros das entidades exploradoras de serviços de telecomunicações relativa à identidade dos possuidores de meios de telecomunicações.

6. Às investigações e inquéritos da responsabilidade do Comissariado contra a Corrupção é aplicável o regime do segredo de justiça instituído na lei penal e processual penal.

Artigo 7.º

Casos de não punição

1. Relativamente aos crimes de corrupção, a punição ou a acusação podem não ter lugar se o agente auxiliar concretamente na recolha de provas decisivas para o apuramento do crime, designadamente para a identificação de outros responsáveis.

2. Não é punível a conduta de quem, prévia e devidamente autorizado por despacho fundamentado do Comissário contra a Corrupção, e para os fins previstos nas alíneas 2) a 5) do n.º 1 do artigo 3.º, aceitar instrumentalmente, por si ou por intermédio de um terceiro, solicitação ilícita formulada por funcionário ou não funcionário, se tal se mostrar adequado à prova do cometimento de qualquer um dos crimes incluídos no âmbito de aplicação da presente lei.

3. Pode igualmente ser autorizada a aceitação instrumental de benefícios, se tal se mostrar adequado à prova do cometimento de qualquer um dos crimes previstos nas alíneas 2) a 5) do n.º 1 do artigo 3.º.

Artigo 8.º

Dispensa do dever de sigilo

1. O dever de sigilo, não expressamente protegido pela lei, de quaisquer pessoas, singulares ou colectivas, de direito público ou de direito privado, cede perante o dever de cooperação com o Comissariado contra a Corrupção.

二、信用機構基於其與顧客關係中的事實或資料而須遵守的保密義務，得透過有關顧客在由廉政公署按照刑法或刑事訴訟法規定繕錄的筆錄中給予的許可而免除。

第九條

主動

廉政公署對以任何方式獲悉的事實，主動行使其職能。

第十條

程序自主

廉政公署的工作獨立於一切法定的行政申訴途徑及司法申訴途徑，且不中止或不中斷任何性質的期間。

第十一條

程序

一、廉政公署在第三條第一款(二)項至(五)項所指職責範圍內作出的行為及措施，受作出必要配合後的刑法及刑事訴訟法的規定約束，但不影響本法律的適用。

二、上款所指的行為及措施的領導由廉政專員負責，而《刑事訴訟法典》第四十二條第二款b項及第二百四十六條的規定並不適用。

三、廉政專員及助理專員在其權限內的刑事訴訟行為方面，具有刑事警察當局地位。

四、由廉政專員領導的偵查包括按照刑事訴訟法規定的一切屬刑事警察當局及刑事警察機關權限的訴訟行為及措施，以及屬檢察院權限的搜查、搜索及扣押。

五、對於由廉政公署展開的偵查，不適用《刑事訴訟法典》第二百二十八條的規定。

六、經作出適當配合後，《刑事訴訟法典》第二百五十八條的規定適用於廉政公署就其職責範圍所針對的犯罪而展開的程序。

七、對屬廉政公署職責範圍內的犯罪，應將歸檔批示或控訴書、起訴批示或不起訴批示及終局判決的副本送交廉政公署。

2. O dever de sigilo que impende sobre instituições de crédito, relativo a factos ou elementos das suas relações com clientes, pode ser dispensado pelo próprio cliente, mediante autorização concedida em auto elaborado pelo Comissariado contra a Corrupção, segundo as normas da lei penal ou processual penal.

Artigo 9.º

Iniciativa

O Comissariado contra a Corrupção exerce as suas funções por iniciativa própria relativamente a factos que por qualquer modo cheguem ao seu conhecimento.

Artigo 10.º

Autonomia processual

A actividade do Comissariado contra a Corrupção é independente dos meios de impugnação administrativa e contenciosa previstos na lei e não suspende nem interrompe prazos de qualquer natureza.

Artigo 11.º

Processo

1. Os actos e diligências do Comissariado contra a Corrupção, praticados no âmbito das atribuições referidas nas alíneas 2) a 5) do n.º 1 do artigo 3.º, estão sujeitos, com as necessárias adaptações, às normas da legislação penal e processual penal, sem prejuízo do disposto na presente lei.

2. A direcção dos actos e diligências referidos no número anterior cabe ao Comissário contra a Corrupção, não se aplicando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 42.º e no artigo 246.º do Código de Processo Penal.

3. Relativamente aos actos processuais penais que cabem na sua competência, o Comissário contra a Corrupção e os seus adjuntos gozam do estatuto de autoridade de polícia criminal.

4. O inquérito dirigido pelo Comissário contra a Corrupção compreende todos os actos e diligências processuais que, nos termos da legislação processual penal, cabem na competência das autoridades e órgãos de polícia criminal e as revistas, buscas e apreensões que, nos termos da legislação processual penal, cabem na competência do Ministério Público.

5. Aos inquéritos abertos pelo Comissariado contra a Corrupção não se aplica o disposto no artigo 228.º do Código de Processo Penal.

6. O disposto no artigo 258.º do Código de Processo Penal aplica-se, com as devidas adaptações, aos processos abertos pelo Comissariado contra a Corrupção, relativamente aos crimes que se enquadram no âmbito das suas atribuições.

7. Relativamente aos crimes que se enquadram no âmbito das atribuições do Comissariado contra a Corrupção, deve ser-lhe remetida cópia do despacho de arquivamento ou da acusação, do despacho de pronúncia ou de não-pronúncia, e da sentença final.

第十二條
其他行為及措施

一、廉政公署在第三條第一款（一）項及（六）項所指職責範圍內作出的行為及措施，不受特別形式約束，但在收集證據時，不得採取損害人的權利、自由、保障及正當利益的程序。

二、廉政公署為查清事實而認為有需要時，得要求任何人作出陳述。

三、廉政公署得根據有依據的決定，隨時將卷宗歸檔而不採取行動，尤其當涉及在其權限範圍外的事實或屬證據不足的情況。

四、對於每一個案的最後決定，應知會曾要求廉政公署介入的實體。

五、如被勸喻機關不接受或部分接受第四條（十三）項所指的勸喻，應於十五個工作日內給予有理據的回覆；如被勸喻機關指出勸喻所涉問題複雜並附理據，回覆期間則可按相同期間延長一次。

六、如廉政公署發出的勸喻在欠缺值得考慮的理由下不被接受，廉政公署可向勸喻所針對的實體的上級或監督實體陳述此情況；如循上級解決的方法用盡而未果，應儘快將此情況呈報行政長官。

七、本條所指的行為及措施，免付費用、印花稅及其他負擔。

第十三條
轉介至其他機關

一、如廉政公署認定向其提出或呈交的事宜應為法律特別訂定的行政申訴途徑或司法申訴途徑的標的，可僅將關係人轉介至有權限實體。

二、無論有否作出上款所指行動，當有需要時，廉政公署應通知前來的人士可遵循的行政申訴途徑、司法申訴途徑或其他途徑。

第十四條
違令

一、如某人按第十二條第二款的規定被要求作出陳述但拒絕作出，並因而被當面通知或經其他適當方法被通知作出陳述，但仍無理不到場或拒絕作出陳述，受相當於違令罪的刑罰。

Artigo 12.º

Outros actos e diligências

1. Os actos e diligências do Comissariado contra a Corrupção, praticados no âmbito das atribuições referidas nas alíneas 1) e 6) do n.º 1 do artigo 3.º, não estão sujeitos a formalismos especiais, não podendo, todavia, adoptar, em matéria de recolha de provas, procedimentos que ofendam os direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos das pessoas.

2. Sempre que o reputar necessário para o apuramento dos factos, pode o Comissariado solicitar depoimentos a qualquer pessoa.

3. O Comissariado pode, em qualquer momento e mediante decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos processos, abstendo-se de actuar no seu âmbito, designadamente quando se trate de factos excluídos da sua esfera de competência ou no caso de insuficiência de prova.

4. É sempre dado conhecimento da decisão final de cada processo às entidades que tenham solicitado a intervenção do Comissariado.

5. Em caso de não aceitação ou de aceitação parcial das recomendações referidas na alínea 13) do artigo 4.º, o órgão recomendado deve responder, de forma fundamentada, no prazo de 15 dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado, uma única vez por igual período, quando aquele alegue fundamentadamente a complexidade da matéria visada.

6. Se uma recomendação sua não for aceite sem motivo ponderoso, o Comissariado contra a Corrupção pode expor o caso ao superior hierárquico ou à entidade tutelar da entidade nela visada e, uma vez esgotada a via hierárquica, deve comunicar, com a maior brevidade possível, a situação ao Chefe do Executivo.

7. Os actos e diligências de que trata este artigo estão isentos de custas, do imposto do selo e de demais encargos.

Artigo 13.º

Encaminhamento para outros órgãos

1. Quando o Comissariado contra a Corrupção reconhecer que os assuntos que lhe são apresentados ou submetidos devem ser objecto de meios de impugnação administrativa ou contenciosa especialmente previstos na lei, pode limitar-se a encaminhar os interessados para as entidades competentes.

2. Independentemente do disposto no número anterior, e sempre que for caso disso, o Comissariado contra a Corrupção deve informar as pessoas que se lhe dirijam dos meios de impugnação administrativa e contenciosa ou outros ao seu alcance.

Artigo 14.º

Desobediência

1. Incorrem na pena correspondente ao crime de desobediência aqueles que notificados, pessoalmente ou por outro meio idóneo, para depor, em virtude de recusa a anterior solicitação feita ao abrigo do n.º 2 do artigo 12.º, injustificadamente não compareçam à diligência ou recusem o depoimento.

二、下列人士受相當於加重違令罪的刑罰：

(一) 非被針對者以任何形式有意圖地及無理由地阻撓廉政公署行使職能；

(二) 依法須履行第六條第二款及第三款所規定的義務，但在為有關目的而訂定的期間屆滿時仍未履行有關義務者；

(三) 第三條第二款所指公務員或第三款所指實體的負責人或工作人員，作出本條第一款所指違法行為者。

三、在上款(一)項、(二)項所指情況下，刑事程序不影響倘有的民事或紀律責任。

第十五條 年度報告

一、廉政公署應最遲於每年三月三十一日向行政長官提交上年度的工作報告，並將該報告公佈於《澳門特別行政區公報》。

二、當具備所需的技術條件，且經行政長官批准，年度報告亦可透過資訊途徑公開；在此情況下，應將說明查閱該報告的方法的通告公佈於《澳門特別行政區公報》。

三、為適用以上兩款的規定，第十二條第七款的規定經作出必要配合後適用於有關的公佈行為。

第二章 廉政專員、助理專員及輔助人員

第一節 廉政專員

第十六條 廉政專員

廉政專員為廉政公署所有權限的擁有人，得將權限授予助理專員及按本法律的補充法規的規定授予輔助人員，但不影響隨時將所授權力收回的權能。

第十七條 任命

廉政專員由行政長官提名並報請中央人民政府任命。

2. Incurrem na pena correspondente ao crime de desobediência qualificada:

1) Aqueles que, não sendo os visados, por qualquer forma dificultem, intencional e injustificadamente, o exercício das funções do Comissariado contra a Corrupção;

2) Aqueles que, nos termos da lei, tenham o dever de cumprir as obrigações impostas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, mas não as cumpram até ao termo do prazo para o efeito fixado;

3) Aqueles que, sendo funcionários nos termos do n.º 2 do artigo 3.º ou responsáveis ou trabalhadores das entidades referidas no n.º 3 do artigo 3.º, cometam a infracção descrita no n.º 1 deste artigo.

3. Nos casos das alíneas 1) e 2) do número anterior, o procedimento criminal não prejudica a eventual responsabilidade civil ou disciplinar.

Artigo 15.º

Relatório anual

1. O Comissariado contra a Corrupção apresenta ao Chefe do Executivo, até 31 de Março de cada ano, um relatório das suas actividades relativas ao ano anterior, o qual deve ser publicado no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau.

2. Quando estejam reunidas as condições técnicas e mediante autorização do Chefe do Executivo, a publicitação do relatório anual também pode ser feita com recurso a meios informáticos, devendo, neste caso, publicar-se no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau o aviso sobre o acesso ao respectivo relatório.

3. Para efeitos do disposto nos dois números anteriores, à publicação é aplicável, com as necessárias adaptações, o n.º 7 do artigo 12.º.

CAPÍTULO II

Comissário contra a Corrupção, adjuntos e pessoal de apoio

SECÇÃO I

Comissário contra a Corrupção

Artigo 16.º

Comissário

O Comissário é o titular de todas as competências do Comissariado contra a Corrupção, podendo delegá-las nos seus adjuntos e, nos termos da legislação complementar à presente lei, no pessoal de apoio, sem prejuízo da faculdade de, a todo o tempo, avocar os poderes delegados.

Artigo 17.º

Nomeação

O Comissário contra a Corrupção é indigitado pelo Chefe do Executivo e nomeado pelo Governo Popular Central.

第十八條
不得兼任

廉政專員不得從事有酬或無酬的其他公職或任何私人業務，亦不得擔任政治或工會組織的任何職務，但經行政長官批准而擔任有助於謀求公共利益的公共職務除外。

第十九條
公共當局

廉政專員享有公共當局地位，但不影響第十一條第三款的適用。

第二十條
保密義務

廉政專員對於在行使職能時或因行使職能而獲悉的事實有保密義務；但因該等事實的性質而認為無須保密者，不在此限。

第二十一條
權利及優惠

一、廉政專員的薪俸及交際津貼由相關的法律訂定，但不影響下款的規定。

二、廉政專員的其他權利及優惠相當於司長者。

三、廉政專員在其職程方面的穩定性、社會保障制度及享有的其他優惠，均不得受到損害，尤其在年資方面，為着所有法律效力，視為在原職位工作。

第二十二條
豁免權

廉政專員不對為發出勸喻而作出的預備行為及所發出的勸喻負民事或刑事責任，亦不得在被起訴前或指定聽證日前被拘留或羈押，但屬可處以最高限度超逾三年徒刑的犯罪的現行犯者除外。

第二十三條
停職、免職及辭職

一、廉政專員於針對故意犯罪的起訴批示的通知日或針對故意犯罪的指定審判聽證日批示的通知日起停職。

Artigo 18.º

Incompatibilidades

O Comissário contra a Corrupção não pode exercer outra função pública ou qualquer actividade privada, remunerada ou não, nem desempenhar quaisquer cargos em organizações de natureza política ou sindical, salvo o exercício, autorizado pelo Chefe do Executivo, de função pública que contribua para a prossecução do interesse público.

Artigo 19.º

Autoridade pública

O Comissário contra a Corrupção goza do estatuto de autoridade pública, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 11.º.

Artigo 20.º

Dever de sigilo

O Comissário contra a Corrupção é obrigado a guardar sigilo relativamente aos factos de que tenha tido conhecimento no exercício ou por causa do exercício das suas funções, salvo se entender que tal sigilo se não impõe, em virtude da natureza dos mesmos factos.

Artigo 21.º

Direitos e regalias

1. A remuneração do Comissário contra a Corrupção e o subsídio, a título de despesas de representação, a que tem direito, são definidos em diploma próprio, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O Comissário contra a Corrupção tem os demais direitos e regalias correspondentes aos dos Secretários.

3. O Comissário contra a Corrupção não pode ser prejudicado na estabilidade da sua carreira, no regime de segurança social e demais regalias de que beneficie, contando, designadamente, o tempo de serviço, para todos os efeitos legais, como prestado no lugar de origem.

Artigo 22.º

Imunidades

O Comissário contra a Corrupção não responde civil ou criminalmente pelos actos preparatórios para a formulação de recomendações e pelas recomendações emitidas, nem pode ser detido ou preventivamente preso antes de pronunciado ou de designado dia para a audiência, excepto em flagrante delito por crime punível com pena de prisão de limite máximo superior a 3 anos.

Artigo 23.º

Suspensão, exoneração e renúncia

1. O Comissário contra a Corrupção é suspenso do exercício das suas funções no dia em que seja notificado de despacho de pronúncia ou de despacho que designe dia para a audiência de julgamento, por crime doloso.

二、廉政專員由行政長官建議中央人民政府免職。

三、廉政專員可透過呈行政長官的書面申請，提出辭職請求。

第二節

助理專員

第二十四條

助理專員

一、廉政專員得在被認為有功績、廉潔及具獨立性的人士中提名兩人為助理專員輔助其工作，並報請行政長官任免。

二、任命批示應在《澳門特別行政區公報》刊登。

三、助理專員報酬相當於廉政專員報酬的百分之七十，並享有給予局長（第二欄）的其他權利及優惠。

第二十五條

代任

一、廉政專員不在或因故不能視事時，由其指定的助理專員代任。

二、廉政專員出缺時，應由在職較久的助理專員履行專員職務，直至任命新廉政專員為止。

第二十六條

保密義務

助理專員對於在行使職能時或因行使職能而獲悉的事實，有絕對的保密義務，只得經廉政專員許可而免除之。

第二十七條

辭職

助理專員得以書面方式通知廉政專員辭去本身職務。

第二十八條

準用

對於助理專員，適用第十八條、第十九條、第二十一條第三款、第二十二條，以及第二十三條第一款的規定。

2. A exoneração do Comissário contra a Corrupção é proposta pelo Chefe do Executivo ao Governo Popular Central.

3. O Comissário contra a Corrupção pode renunciar ao cargo, mediante requerimento escrito apresentado ao Chefe do Executivo.

SECÇÃO II

Adjuntos

Artigo 24.º

Adjuntos

1. O Comissário contra a Corrupção pode indigitar, para o coadjuvar, dois adjuntos de entre individualidades de reconhecido mérito, probidade e independência, cabendo a sua nomeação e exoneração ao Chefe do Executivo.

2. O despacho de nomeação deve ser publicado no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau.

3. Os adjuntos têm a remuneração correspondente a 70% da estabelecida para o Comissário contra a Corrupção e os demais direitos e regalias atribuídos a director de Serviços (coluna 2).

Artigo 25.º

Substituição

1. Em caso de ausência ou impedimento, o Comissário contra a Corrupção designa o adjunto que deva assumir as suas funções.

2. Em caso de falta do Comissário, desempenhará as respectivas funções o adjunto mais antigo na posse até à nomeação do novo titular.

Artigo 26.º

Dever de sigilo

Os adjuntos estão vinculados ao dever de absoluto sigilo relativamente aos factos de que tenham tido conhecimento no exercício ou por causa do exercício das suas funções, o qual só cederá mediante autorização do Comissário contra a Corrupção.

Artigo 27.º

Renúncia

Os adjuntos podem renunciar ao cargo, mediante comunicação escrita ao Comissário contra a Corrupção.

Artigo 28.º

Remissões

Aos adjuntos aplica-se o estipulado nos artigos 18.º, 19.º, 21.º, n.º 3, 22.º e 23.º, n.º 1.

第三節
輔助人員

第二十九條

顧問、調查員及其他人員

一、廉政專員由顧問、調查員及其他必需的人員輔助，以全面履行其職務。

二、調查員的制度相等於司法警察局的刑事偵查人員職程，但有關培訓課程、駕駛機動車輛的資格、實習及進入職程的年齡上限的規定則不適用。

三、擔任調查員職務須符合下列要件，並合格完成廉政公署提供的培訓：

(一) 特級調查員、首席調查員、高級調查員及調查員職級須具備高中畢業學歷；

(二) 總調查主任、首席調查主任、高級調查主任及調查主任職級須具備學士學位或同等學歷，或不頒授學士學位的連讀碩士學位或連讀博士學位，又或屬具有卓越功績的特級調查員。

四、為適用第二款的規定，總調查主任、首席調查主任、高級調查主任、調查主任、特級調查員、首席調查員、高級調查員及調查員職級分別等同於督察長、一等督察、二等督察、副督察、刑事偵查主任、首席刑事偵查員、一等刑事偵查員及二等刑事偵查員職級。

五、獲委任擔任廉政公署顧問或主管職務的調查員，當其獲委任前的原薪俸較其薪俸為高時，可選擇收取委任前的原薪俸，並以此作為計算退休及撫卹制度或公積金制度的供款；如其在擔任有關職務的期間內退休，亦將以此較高的薪俸計算退休金。

第二十九-A條
長期服務獎勵金

一、註銷在公務人員公積金制度的登記時，同時符合下列要件的廉政公署調查員，即使獲委任為廉政專員、助理專員或在廉政公署執行領導、顧問或主管職務者，有權取得長期服務獎勵金：

(一) 年滿五十歲；

(二) 在具備本款所指身份的情況下的供款時間不少於二十五年。

SECÇÃO III

Pessoal de apoio

Artigo 29.º

Assessores, investigadores e demais pessoal

1. O Comissário contra a Corrupção é apoiado por assessores, investigadores e demais pessoal necessário ao cabal desempenho das suas funções.

2. O regime aplicável aos investigadores reporta-se à carreira do pessoal de investigação criminal da Polícia Judiciária, excepto no que se refere a cursos de formação, habilitação de condução de veículos motorizados, estágios e limites superiores de idade para ingresso na carreira.

3. Para o exercício de funções de investigador é necessário satisfazer os seguintes requisitos e concluir com aproveitamento a formação proporcionada pelo Comissariado contra a Corrupção:

1) Para as categorias de investigador especialista, investigador principal, investigador superior e investigador, estar habilitado com o ensino secundário complementar;

2) Para as categorias de investigador-chefe geral, investigador-chefe principal, investigador-chefe superior e investigador-chefe, estar habilitado com o grau de licenciado ou equiparado, ou o grau de mestre ou doutor que corresponda a um ciclo de estudos integrados que não confira grau de licenciado, ou ser investigador especialista de reconhecido mérito.

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, as categorias de investigador-chefe geral, investigador-chefe principal, investigador-chefe superior, investigador-chefe, investigador especialista, investigador principal, investigador superior e investigador reportam-se respectivamente às de inspector chefe, inspector de 1.ª classe, inspector de 2.ª classe, subinspector, investigador criminal chefe, investigador criminal principal, investigador criminal de 1.ª classe e investigador criminal de 2.ª classe.

5. Os investigadores nomeados para o exercício de funções de assessoria ou chefia no Comissariado contra a Corrupção, podem optar pelo vencimento que auferiam antes da sua nomeação, quando seja superior, sendo com base nesse vencimento que são calculadas as compensações para o regime de aposentação e sobrevivência ou as contribuições para o regime de previdência e que, caso se aposentem no exercício das funções em causa, é calculada a pensão de aposentação.

Artigo 29.º-A

Prémio de prestação de serviço a longo prazo

1. Os investigadores do Comissariado contra a Corrupção, ainda que sejam nomeados para os cargos de Comissário contra a Corrupção e de adjunto, ou para o exercício de funções de direcção, assessoria ou chefia no Comissariado contra a Corrupção, têm direito, aquando do cancelamento da inscrição no Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, ao prémio de prestação de serviço a longo prazo, desde que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

1) Terem completado 50 anos de idade;

2) Terem, na qualidade referida neste número, tempo de contribuição não inferior a 25 anos.

二、因紀律制度或刑法的規定被撤職或確定終止職務的調查員不適用上款的規定。

三、長期服務獎勵金的計算適用第8/2006號法律《公務人員公積金制度》第二十一條第三款的規定。

四、對於長期服務獎勵金的結算、支付及時效，適用經作出必要配合後的第8/2006號法律第十五條及第十六條的規定。

第三十條

任命及免職

第二十九條所指人員由廉政專員自由任命及免職，並得被調任、派駐或以合同方式聘用，為着所有效力，任命批示或有關合同所定的日期為開始執行職務的日期，除須在《澳門特別行政區公報》內公佈外，無須其他手續，但行政長官可豁免上述事宜的公佈。

第三十一條

當局權力的保障

一、廉政公署部門的領導及主管人員，以及顧問在行使其職能時具有執法人員地位；如按照本法律的補充法規的規定，此等人員獲授權領導偵查，則被視為刑事警察當局。

二、被安排作偵查的調查員在行使其職能時，具有刑事警察機關地位，而其他輔助人員得具有執法人員地位。

第三十一-A條

特別義務

廉政公署的調查員，以及具有調查職能的主管人員及顧問有下列特別義務：

(一) 通知上級任何可能引致妨礙其在預防及調查的行動中履行職務的事實；

(二) 以絕對尊重人的名譽及尊嚴的方式，保障被拘留人或正受其看管或保護的人的生命及身體完整性；

(三) 在進行身份查驗或在採取任何剝奪或限制自由的措施時，適當表明身份；

(四) 在採取行動時，不作出任何濫用權力、專橫或歧視的行為；

(五) 在執行職務時，阻止第三人作出任何濫用、專橫或歧視的行為；

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os investigadores que tenham sido demitidos ou cessado definitivamente funções nos termos do regime disciplinar ou da lei penal.

3. Para o cálculo do prémio de prestação de serviço a longo prazo, é aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 8/2006 (Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos).

4. À liquidação, pagamento e prescrição do prémio de prestação de serviço a longo prazo é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 8/2006.

Artigo 30.º

Nomeação e exoneração

O pessoal a que se refere o artigo 29.º é livremente nomeado e exonerado pelo Comissário contra a Corrupção, podendo ser transferido, destacado ou contratado, considerando-se, para todos os efeitos, em exercício de funções a partir da data determinada no despacho que o nomeie, ou no respectivo contrato, independentemente de quaisquer formalidades, salvo, quando não dispensada pelo Chefe do Executivo, publicação no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau.

Artigo 31.º

Garantias de autoridade

1. No exercício das suas funções, o pessoal de direcção e chefia e os assessores do Serviço do Comissariado contra a Corrupção gozam do estatuto de agente de autoridade, sendo considerados autoridades de polícia criminal quando, nos termos da legislação complementar à presente lei, lhes sejam delegadas competências para a direcção de inquérito penal.

2. Os investigadores, quando afectos à realização de inquérito penal, gozam, no exercício das suas funções, do estatuto de órgão de polícia criminal, e o demais pessoal de apoio pode gozar do estatuto de agente de autoridade.

Artigo 31.º-A

Deveres especiais

São deveres especiais dos investigadores e do pessoal de chefia e assessores com funções de investigação do Comissariado contra a Corrupção:

1) Informar superiormente sobre quaisquer factos que possam conduzir ao seu impedimento funcional no âmbito das acções de prevenção e investigação;

2) Garantir a vida e a integridade física dos detidos ou das pessoas que se encontrem sob a sua custódia ou protecção no estrito respeito pela honra e dignidade da pessoa humana;

3) Identificar-se devidamente no momento em que procedam à identificação, ou realizem qualquer diligência privativa ou restritiva da liberdade;

4) Actuar sem qualquer abuso de poder, prática arbitrária ou discriminatória;

5) Impedir, no exercício das suas funções, qualquer prática abusiva, arbitrária ou discriminatória por terceiros;

(六) 以正確態度對待公眾；

(七) 在進行任何拘留時，盡職地遵守及履行法律規定的步驟、期限及要件。

第三十二條

在臨時安排制度下的人員

如廉政專員認為有用或適宜，得向有權限的公共部門要求，將為執行在廉政公署權限範圍內的措施或行為，或因遵守合作義務而要作出行為時所需的公務員或服務人員安排在公署內工作。

第三十三條

提供勞務及保密支出

一、廉政公署為進行培訓、技術性及臨時性研究及工作，得在例外情況下與公共或私人實體訂立合同。

二、如因預防及調查的特別需要，廉政專員得核准開支而無須辦理任何手續。

三、前款所指開支須有由廉政專員負責的秘密紀錄，且由行政長官審批。

第三十四條

準用

一、第二十六條的規定適用於顧問、調查員、其他輔助人員及向廉政公署提供協助的所有人士。

二、顧問及其他輔助人員享有第二十一條第三款所指的有關福利。

第四節

工作證及武器的使用

第三十五條

工作證

一、行政長官向廉政專員發出特別工作證。

二、廉政專員向助理專員發出特別工作證，以及按情況向輔助人員發出特別工作證或普通工作證。

三、持有特別工作證者，於執行職務時可自由通行及進入澳

6) Relacionar-se correctamente com o público;

7) Observar e cumprir com a diligência devida os trâmites, prazos e requisitos legais quando procedam a qualquer detenção.

Artigo 32.º

Pessoal em regime de colocação temporária

Sempre que se revele útil ou conveniente, pode o Comissário contra a Corrupção solicitar aos serviços públicos competentes a colocação no Serviço do Comissariado de funcionários ou agentes necessários à execução das diligências e dos actos que se integrem no âmbito das suas competências ou sejam impostos pelo dever de cooperação.

Artigo 33.º

Prestação de serviços e despesas reservadas

1. O Comissariado contra a Corrupção pode, em casos excepcionais, celebrar contratos com entidades públicas ou privadas para a realização de acções de formação, estudos e trabalhos de natureza técnica e de carácter eventual.

2. Quando necessidades especiais de prevenção e investigação o exigirem, pode o Comissário contra a Corrupção autorizar a realização de despesas independentemente de quaisquer formalidades.

3. As despesas referidas no número anterior implicam a existência de um registo secreto a cargo do Comissário contra a Corrupção e visado pelo Chefe do Executivo.

Artigo 34.º

Remissões

1. O disposto no artigo 26.º aplica-se aos assessores, investigadores, demais pessoal de apoio e a todos os que colaborem com o Comissariado contra a Corrupção.

2. Os assessores e demais pessoal de apoio beneficiam do disposto no n.º 3 do artigo 21.º.

SECÇÃO IV

Cartão de identificação e uso de armas

Artigo 35.º

Cartão de identificação

1. O Chefe do Executivo emite «cartão especial de identificação» para o Comissário contra a Corrupção.

2. O Comissário contra a Corrupção emite para os seus adjuntos «cartão especial de identificação» e para o pessoal de apoio, «cartão especial de identificação» ou «cartão comum de identificação».

3. Os titulares do «cartão especial de identificação» têm, no exercício das suas funções, livre trânsito e acesso a todos os lo-

門特別行政區行政當局的所有辦公地點，包括內部保安機構及部門，以及公法人。

第三十六條

使用武器

一、在具體情況下透過廉政專員批示，可給予助理專員及被安排作偵查的廉政公署部門的領導及主管人員、顧問及調查員持有、使用及攜帶工作用武器的權利，其口徑及種類須以行政長官批示核准。

二、上款所指人員因持有、使用及攜帶工作用武器而應遵守的特別義務係由專有規章規定，該規章須在《澳門特別行政區公報》內公佈。

第三章

廉政公署部門

第三十七條

目的、自治權及設施

一、廉政公署部門的職能，為對本法律所定職責的履行提供必需的技術及行政輔助。

二、廉政公署部門擁有行政、財政及財產自治權。

三、廉政公署部門在本身設施內運作。

第三十八條

行政及紀律懲戒權限

一、廉政專員有權限作出所有關於廉政公署人員任用及調整職務狀況的行為，並對該等人員行使紀律懲戒權。

二、如廉政專員下令進行內部調查，由廉政公署部門專責附屬單位提供一切所需的協助。

三、透過行政長官批示設立一專責委員會，以監察針對廉政公署人員的非刑事性質的投訴所涉及的問題。

第三十九條

人員制度

本法律及其他補充法規未有特別規定的事宜，適用經作出必要配合後的規範公職人員的一般性規定。

cais de funcionamento da Administração da Região Administrativa Especial de Macau, incluindo os organismos e serviços de segurança interna e as pessoas colectivas de direito público.

Artigo 36.º

Uso de armas

1. Aos adjuntos e ao pessoal de direcção e chefia, assessores e investigadores do Serviço do Comissariado contra a Corrupção afectos à realização de inquérito penal, pode ser concedido, em casos pontuais e mediante despacho do Comissário contra a Corrupção, o direito à detenção, uso e porte de arma de serviço, de calibre e tipo aprovados por despacho do Chefe do Executivo.

2. Os deveres especiais do pessoal referido no número anterior decorrentes de detenção, uso e porte de armas de serviço são definidos em regulamento próprio, que deve ser publicado no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau.

CAPÍTULO III

Serviço do Comissariado contra a Corrupção

Artigo 37.º

Finalidade, autonomia e instalação

1. O Serviço do Comissariado contra a Corrupção tem por função prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao desempenho das atribuições definidas na presente lei.

2. O Serviço do Comissariado contra a Corrupção é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

3. O Serviço do Comissariado contra a Corrupção funcionará em instalações próprias.

Artigo 38.º

Competência administrativa e disciplinar

1. Compete ao Comissário contra a Corrupção praticar todos os actos relativos ao provimento e à situação funcional do pessoal do Comissariado contra a Corrupção e exercer sobre ele o poder disciplinar.

2. Sempre que o Comissário contra a Corrupção mande proceder a averiguações internas, cabe a uma subunidade específica do Serviço do Comissariado contra a Corrupção prestar todo o apoio necessário.

3. Por despacho do Chefe do Executivo é criada uma comissão especializada para fiscalizar os problemas relacionados com queixas de natureza não criminal contra o pessoal do Comissariado contra a Corrupção.

Artigo 39.º

Regime do pessoal

Em tudo o que não esteja especialmente regulado na presente lei e nos demais diplomas complementares, são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições de carácter geral que regem os trabalhadores da função pública.

第四十條

預算

一、廉政公署應將預算呈交行政長官，使其在制定澳門特別行政區總預算時，在支出部分中包括一項供廉政公署使用的整體款項。

二、廉政公署部門撥款之間的款項移轉，應經廉政專員核准。

第四十一條

監督及審查

截至每年三月三十一日，廉政公署應將上經濟年度帳目呈交行政長官，以作監督及審查。

第四章 最後規定

第四十二條

補充法規

一、行政長官制定執行本法律所需的行政法規，訂定廉政公署部門的組織、運作、人員配備及職務。

二、〔廢止〕

第四十三條

預算負擔

〔廢止〕

第四十四條

廢止性規範

〔廢止〕

第四十五條

生效

本法規於公佈之翌日開始生效。

二零零零年八月七日通過。

立法會主席 曹其真

二零零零年八月十日簽署。

命令公佈。

行政長官 何厚鐸

Artigo 40.º

Orçamento

1. O Comissariado contra a Corrupção submete o seu orçamento ao Chefe do Executivo para ser incluída uma verba global destinada ao Comissariado contra a Corrupção na parte das despesas do Orçamento Geral da Região Administrativa Especial de Macau.

2. As transferências de verbas entre dotações do Serviço do Comissariado contra a Corrupção dependem da aprovação do Comissário contra a Corrupção.

Artigo 41.º

Fiscalização e apreciação

Até 31 de Março de cada ano, o Comissariado contra a Corrupção submete à fiscalização e apreciação do Chefe do Executivo as contas do ano económico anterior.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 42.º

Diploma complementar

1. O Chefe do Executivo, mediante regulamento administrativo, dará execução à presente lei, fixando a dotação de pessoal e as suas funções, a organização e o funcionamento do Serviço do Comissariado contra a Corrupção.

2. [Revogado]

Artigo 43.º

Encargos orçamentais

[Revogado]

Artigo 44.º

Norma revogatória

[Revogado]

Artigo 45.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 7 de Agosto de 2000.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Susana Chou*.

Assinada em 10 de Agosto de 2000.

Publique-se.

O Chefe do Executivo, *Ho Hau Wah*.